WWW.JORNALATOS.NET A SUA INFORMAÇÃO DIÁRIA

JORNAL ATOS

ANO 27 | R$ 1,50 | RMVALE, TERÇA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2020 | N.º 3.616

Economia de Cruzeiro espera por R$ 11,5 milhões de metalúrgicos

Após negociações, categoria recebe R$ 2,5 mil de participação nos resultados da Iochep e Amsted

Fotos: Arquivo Atos

■ Rafael Rodrigues
Cruzeiro

As duas maiores empresas de Cruzeiro começam a pagar nesta sexta-feira (4) a PRO (Participação nos Resultados Operacionais) 2020 aos seus mais de 4,5 mil funcionários. Com isso, a expectativa é de que sejam injetados cerca de R$ 11,5 milhões na economia de Cruzeiro.

Mesmo com a crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus, a negociação entre empresas e o Sindicato dos Metalúrgicos conseguiu chegar ao valor de R$ 2,5 mil. Mas o valor é aproximadamente 59% menor do que o conseguido pelos trabalhadores no ano passado, quando foi pago cerca de R$ 6 mil a cada metalúrgico.

A economia brasileira entrou oficialmente nesta semana em recessão técnica, após tombo recorde do PIB (Produto Interno Bruto) de 9,7%, no segundo trimestre do ano, em comparação com os três primeiros meses do ano, o que para o presidente da entidade que representa a categoria, Jacy Cleber Mendes, seria uma vitória o pagamento do valor, ainda mais se levado em consideração o fato da indústria e serviços terem sido os setores que mais impulsionaram a baixa da economia brasileira no período. "Muitos trabalhadores nem acreditavam que teríamos PRO esse ano. Temem pelos empregos nesse momento de crise, mas felizmente conseguimos até agora segurar todas as vagas desde o início da pandemia, e agora teremos a participação desse ano", comemorou Mendes.

Ainda assim, não são poucos os trabalhadores que acreditam que a negociação poderia ter sido melhor. "Praticamente 90% das pessoas que eu conheço não ficaram satisfeitas, achavam que podia ser mais. Achamos a negociação um pouco estranha, pois fizeram uma proposta de R$ 2,5 mil e não houve nenhuma outra, e não sabíamos o que poderia acontecer", contou um trabalhador da empresa, que preferiu não se identificar.

Outro funcionário da Amsted, que também não quis se identificar, engrossou o coro sobre a possibilidade de valores mais elevados. "Mas dentro do cenário que estamos passando e tendo em vista os contratos que foram cancelados, acho que foi um valor razoável", avaliou. Mendes disse que conseguiram chegar ao valor após várias reuniões com a diretoria das empresas. Aparentemente, segundo ele, não haveria o pagamento em 2020, mas após verificar os lucros das metalúrgicas, iniciou-se as rodadas de negociação. "Levamos esses valores para os trabalhadores. Fizemos uma eleição online, para que pudesse ser aprovado e 97% aceitaram as condições para esse ano, frente ao quadro que estamos passando", explicou.

Vista da área de produção da Iochpe Maxion; metalúrgicos devem receber a PRO a partir desta sexta-feira

Parques são reabertos em Pinda

Espaços mantém normas como distanciamento e uso de máscara

■ Bruna Silva
Pindamonhangaba

Devido ao avanço da cidade no Plano São Paulo, a Prefeitura de Pindamonhangaba liberou, na última semana, a reabertura do Parque da Cidade e do Bosque da Princesa para atividades físicas individuais. Os espaços estarão abertos de segunda a sexta-feira, mas seguem impedidos de abrirem aos finais de semana e feriados.

Depois de cinco meses fechados, o público pôde retornar aos locais com restrições como capacidade de entrada, uso obrigatório de máscaras de proteção e horário de funcionamento. O Parque da Cidade estará aberto das 7h às 11 h e das 14h às 18h. Já o Bosque da Princesa tem atividades das 7h às 11h e das 12h às 16h.

Quem gosta de praticar atividades ao ar livre deve estar atento às aglomerações, além de evitar ações em grupos. Espaços como parquinhos, academia ao ar livre e quadras estão isoladas para uso.

A recomendação é de que pessoas que são do grupo de risco do novo coronavírus, como grávidas, idosos e portadores de doenças crônicas, evitem ir ao Parque da Cidade e o Bosqueda Princesa.

A administração municipal destacou que intensificou a fiscalização das normas de contenção do vírus, além da instalação de placas informativas.

Haverá, ainda, a avaliação da possibilidade de abertura também aos finais de semana.

Projeto do Executivo de expansão da empresa ComGás é rejeitado na Câmara de Aparecida

Setor de gás atua na cidade desde 2018; obra embargada pela Prefeitura, segue com a ação na justiça

■ Marcelo Augusto dos Santos
Aparecida

Fotos: Reprodução

Agente da ComGás, durante trabalho de manutenção; empresa tem expansão barrada na Câmara de Aparecida

A Câmara de Aparecida rejeitou o projeto encaminhado pelo Poder Executivo, que libera a empresa ComGás a realizar expansão de suas atividades. A empresa opera no setor de gás encanado e começou atuar na cidade em 2018, após o então prefeito Ernaldo Marcondes (MDB) conceder o alvará para instalação de tubulação.

Seis vereadores votaram contra o projeto e apenas José Reis Junior, o Dudu (PL) votou a favor. Segundo ele, na época, chegou a fazer um requerimento junto à Prefeitura para saber como a empresa está operando, pois diversos moradores estavam reclamando do transtorno gerado pelas obras. "Quando a atual gestão entrou, o secretário de obras foi lá e embargou a obra da ComGás por causa da situação criada".

Após a paralisação, a empresa entrou com uma ação na Justiça para conseguir uma liminar. A Prefeitura conversou com a ComGás e aceitou fazer um acordo, encaminhando o novo projeto para a Câmara.

Além da liberação, uma contrapartida foi feita, com a ComGás oferecendo 4,8 mil metros quadros de pavimentação e 250 toneladas de massa asfáltica para fazer o trabalho de tapa buracos no município, além da retirada da ação na Justiça.

Com a rejeição, a empresa continua com o processo contra a Prefeitura. De acordo com o secretário de Justiça e Cidadania, Jefferson Monteiro Da Silva, o governo já encaminhou sua defesa e espera por uma decisão para os próximos 15 dias.

Questionado se o município pode ser penalizada caso perca na Justiça, o secretário disse que isso não deve acontecer. "A Prefeitura não deve sofrer nenhuma consequência nesse sentido, mas o munícipe que perde, porque deixa de asfaltar uma rua que possui 4,8 mil metros. Além disso, perde 250 toneladas de massa asfáltica que poderia recapear outras ruas".

A redação do **Jornal Atos** entrou em contado com a ComGás questionando sobre o projeto, o embargo da obra e as reclamações feitas por moradores da cidade de Aparecida. Em nota, a empresa informou que não vai se manifestar sobre o caso.

ATOS E FATOS

Professor Márcio Meirelles

"No capitalismo, o homem é explorado pelo homem. No socialismo, é o contrário"

Winston Churchill

O CAPITALISMO PÓS COVID

O capitalismo foi acometido pelo Covid 19.

O capitalismo que conhecemos, como o sistema explorador do homem pelo homem, está repensando a sua postura no mundo pós pandemia.

Desde a sua origem, em 1753, o termo capitalismo foi associado ao conceito de homem rico.

Apesar do falso radicalismo de Marx de que o "capitalismo é a exploração do homem pelo homem", a história comprovou que em matéria de exploração o comunismo mostrou que também é um agente explorador.

A razão é muito simples, o capitalismo não será mais o devorador de homens, o comedor de criancinhas como afirmavam os comunistas.

A razão é muito simples, o capitalismo não é só acumulação de riquezas, é também consumo e consumo é gente, é livre mercado.

Como tudo muda na vida até o capitalismo está mudando, está ficando prático, distribuidor de riqueza, mais ético, menos voraz.

O futuro do governo e da economia está nos bens comuns, um mundo de colaboração, compartilhamento, preocupação com a ecologia e uma conexão com a humanidade.

A internet das Coisas impulsionando a produtividade extrema, o avanço para uma sociedade onde o acesso aos bens está diminuindo o seu valor.

Difícil imaginar a presença da internet na nossa vida oferecendo produtos de graça através de aplicativos; o barateamento do custo de mobilidade social com o uber; a possibilidade de milhares de alunos receberem educação através da internet em salas de aulas localizadas em suas residências, além de serviços gratuitos que facilitam a vidas das pessoas.

A redução dos custos de transação, de comunicação e de coordenação permitindo a dinâmica em escala global de pequenos grupos.

A transformação do consumismo para "prosumidores" que produzem o que consomem e compartilham o que possuem por meio dos bens colaborativos.

A possibilidade da inovação e da criatividade em escala global em prol do bem-estar de todos é totalmente possível.

Estudar nas maiores universidades do mundo sem sair de casa!

As pessoas e as comunidades estão no interior do novo paradigma do capitalismo, com a descentralização das instituições, a quebra da gestão hierarquizada, o vislumbre de um novo mundo de poder equitativo e colaborativo.

A mudança das atitudes empresárias, até surpreendentes, em que a questão ambiental, a preservação da natureza, no âmago das empresas, nos movimentos políticos, onde exigem dos governos ações para reduzir o desmatamento, diminuir o efeito estufa.

É a formação de um capitalismo moral, difícil de imaginar anos recentes, em que o lucro, necessariamente, deverá estar associado a uma postura social e ambiental correta.

O desenvolvimento sustentável é uma realidade, não mais um pleito dos idealistas, dos ambientalistas de profissão, mas sistema de discussão nas mesas dos maiores líderes empresariais do mundo.

As empresas petrolíferas, potencial poluidoras, mudam a sua estratégia para a economia verde, as energias eólica e solar em profusão pelo mundo, significativa participação na matriz energética do nosso país; o automóvel elétrico uma realidade; processos de captura de carbono.

A sociedade continua reconhecendo a importância do capitalismo como um regime político e econômico que permite o desenvolvimento humano e social, mas, com o objetivo de diminuir a desigualdade, preservar a natureza e construir um mundo melhor para as próximas gerações.

O mundo não deverá ser o mesmo pós pandemia e o capitalismo moral é uma esperança para que as empresas se adaptem rapidamente as novas exigências da sociedade.

" ...o capitalismo não é só acumulação de riquezas, é também consumo e consumo é gente, é livre mercado."

MP investiga denúncia sobre contas de água em departamentos à Saeg de Guaratinguetá

Acusações indicam valores de até R$ 17,3 mil em cobrança; Companhia abre sindicância interna

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

Foto: Reprodução

Saeg, no foco de investigação do Ministério Público em Guaratinguetá

O Ministério Público encaminhou para a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo uma denúncia que revela gastos da Prefeitura com contas de água de departamentos da Prefeitura de Guaratinguetá pagas ao Saeg (Companhia de Água, Esgoto e Resíduos). Os documentos, referentes a 2018, mostram diferenças de valores cobrados que podem chegar a R$17,3 mil por um único mês.

Divulgada no início desta semana, a representação, aberta pelo advogado, Dr. Antônio Carlos Morgado, e pelo vereador Fabrício Dias (MDB), se resume, inicialmente, em diferenças entre valores quitados pelo Executivo à Companhia, em relação à tarifa de água, para secretarias, órgãos e departamentos municipais. Um exemplo apontado no documento é de uma suposta conta que, nos meses de janeiro a março de 2018 tinha valor aproximado de R$ 64, mas nos meses de maio e junho, o valor pago foi de R$ 16,7 mil.

Em outra conta apontada, há o registro de consumo de zero metro cúbico, o que representaria tarifa mínima, mas o valor pago foi de mais de R$ 17,3 mil. O documento foi encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado. Segundo Dias, o descompasso financeiro pode ser de aproximadamente R$ 300 mil. "Essas contas somadas nesses altos valores, é algo próximo de R$300 mil, estou dizendo de forma resumida. São várias interpelações, há suspeição de adulteração de documentos, uma série de coisas aqui que, em tese, pode se configurar em alguma coisa ilícita. Mas está a cargo do Ministério Público definir o que de fato está acontecendo", explicou o vereador. Os apontamentos se concentram em meses de 2018, quando a Saeg era presidida por Renato Valentim, que substituiu Miguel Sampaio, que esteve à frente da Companhia ao longo de 2017. Sampaio foi renomeado presidente da Saeg recentemente, e negou que tenha havido irregularidades por parte da autarquia. Ele confirmou que foi aberta uma sindicância.

O diretor da Saeg justificou as diferenças nos valores cobrados, devido ao pagamento retroativo a 2017, já que, segundo ele, a administração municipal era isenta de cobrança de água. "Havia um valor represado que a gente tinha que cobrar da Prefeitura, nós dividimos aquilo em alguns meses e foi feito. Não há nada de errado, tudo que está ali é cobrança de água da Prefeitura através de carro pipa", explicou.

A cobrança pelo consumo da água em caminhões pipa é feita até hoje, de acordo com o presidente da Companhia. No documento enviado ao MP, Dias e Morgado citam que das quatro placas dos veículos fornecidas para a investigação, três não seriam de caminhões pipas, mas sim de um carro de passeio, um caminhão com carroceria aberta e um trator. Apenas uma das placas indicadas seria de caminhão pipa.

A informação foi contestada por Sampaio. "Quatro caminhões, as vezes, por dia. Eu estou falando de 2017 inteiro, 2018 inteiro e 2019 inteiro. Foram milhares de caminhões. Por isso eu abri sindicância, é para saber se houve má fé do funcionário em mandar o número do caminhão, porque quando vai abastecer (de água), o servidor pega o nome do motorista, tipo, placa do caminhão, de qual secretaria e quantos litros está pegando", garantiu o diretor do Saeg. "Eu determinei uma sindicância para saber qual foi o funcionário. Ele pode ter usado de má fé ou ter se equivocado. Não tem cabimento falarmos de caminhão pipa e mandarmos relação de documento de carro de passeio", concluiu.

Sobre a abertura oficial das investigações, a Prefeitura de Guaratinguetá informou que não foi notificada oficialmente. A Saeg também disse não ter recebido documento formal indicando a notificação. A investigação segue com a Procuradoria do Estado.

Estado mantém cidades da RMVale na fase amarela de flexibilização comercial

Lucas Barbosa
RMVale

O governador Joao Doria (PSDB) anunciou no início da tarde desta sexta-feira (4) a manutenção da RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) na terceira fase (amarela) do plano estadual de flexibilização das atividades econômicas, o Plano São Paulo. Desde o início de agosto nesta etapa, os municípios da região seguem autorizados a permitirem a abertura de diversos tipos de estabelecimentos comerciais em meio à pandemia do novo coronavirús.

Acompanhado pelo secretário estadual de Saúde, Jean Carlo Gorinchteyn, Doria revelou durante seu pronunciamento no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, que a RMVale e outras 12 áreas paulistas permanecerão na 'fase amarela' até o próximo dia 11, quando uma nova avaliação será realizada. Nesta data, o Estado analisará as médias de novas internações e mortes causadas pela Covid-19 e também as taxas de ocupação de leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) e de vagas disponíveis para cada cem mil habitantes. Na sequência, a secretaria estadual de Saúde definirá se as regiões estarão aptas a avançarem para próxima fase de flexibilização ou se serão obrigadas a permanecerem ou retrocederem de etapa.

Desde o dia 8 de agosto na fase amarela, as cidades da RMVale continuam autorizadas a contarem com o funcionamento, por seis horas diárias, de academias de musculação, barbearias, bares, casas de ração, concessionárias de veículos, imobiliárias, lojas de comércio em geral, restaurantes, salões de beleza e shoppings.

De acordo com Doria, a flexibilização das atividades econômicas nestas 13 áreas foi motivada principalmente pela queda de 14,8% do número de óbitos causados pela doença no comparativo entre julho e agosto, de 8.234 para 7.017 casos.

Expediente

Jornal Atos
CNPJ 00.159.914/0001-06
Registro Civil: Cartório de Registros e Anexos - Guaratinguetá nº 9 - Fl 25 - Lv B-1
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 27 Prot. Of. A-1, Lv. B-1, Fl. 29
www.jornalatos.net / e-mail.: atosdiario@gmail.com

EDITOR: EDER BILLOTA
Escritório Adm.: R. Mal. Deodoro de Fonseca, 173 - CEP.: 12401-010
Tel.: (12)3522-9571- Pindamonhangaba
Escritório Logística.: R.Dr. Castro Santos, 83 CEP.: 12505-010/ Tel. (12) 3133-3257 Guaratinguetá
Central de Redação e Gráfica: Estrada Santa Teresinha, 301 - CEP.: 12.608-100 - Lorena-SP
Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148

Representante em São Paulo-SP: Revesp Representações - Tel.: (11) 5051-4811
Circulação: Aparecida - Cachoeira Paulista - Canas - Cruzeiro - Cunha
Guaratinguetá - Lorena - Pindamonhangaba - Potim - Roseira e Cidade do Vale Histórico

IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME
CNPJ: 06.304.064/0001-62 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 420.128.993-114
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 26 Prot. Of. A-1 Lv. B-1, Fl.

PREFEITURA DE LORENA
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
SUBSECRETARIA DE LEGISLAÇÃO DECRETO Nº. 7.482/2.020.

ALTERA O DECRETO N.º 7.387 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020, QUE APROVOU OS PLANOS DE ARRUAMENTO E LOTEAMENTO DENOMINADO "ÁTRIO DE LORENA".

DECRETO Nº. 7.483/2.020.

A CONTA BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, PAISAGÍSTICO E CULTURAL – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE LORENA SERÁ MOVIMENTADA PELA SECRETARIA DA FAZENDA E TODAS AS DESPESAS DEVERÃO SER PREVIAMENTE AUTORIZADAS PELO PRESIDENTE DO COMPHAC – CONSELHO DE POLÍTICA CULTURAL, ADMINISTRADOR DO REFERIDO FUNDO, E PELO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, PAISAGÍSTICO E CULTURAL – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE LORENA.

DECRETO Nº. 7.486/2.020.

ESTENDE O PRAZO DA QUARENTENA DE QUE TRATA O DECRETO 7.407, DE 23 DE MARÇO DE 2.020, MANTÉM A FLEXIBILIZAÇÃO E DEFINE NOVOS HORÁRIOS DE FUCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CONSIDERADAS NÃO ESSENCIAIS, PROIBIDAS EM VIRTUDE DA PANDEMIA DO COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 7.487/2.020.

REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 314 DE 24 DE AGOSTO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DO PAGAMENTO DO PREÇO PÚBLICO A QUE SE REFERE O §1º DO ARTIGO 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 225 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015 NOS MESES DE ABRIL E MAIO E A SUSPENDER O SEU PAGAMENTO POR ATÉ 03 (TRÊS) MESES APÓS O FIM DO PRAZO DE DECLARAÇÃO DA QUARENTENA DECORRENTES DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.

PREFEITURA DE LORENA
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
SUBSECRETARIA DE LEGISLAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA DE LORENA

PORTARIA 21.865/2020 - INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA EM FACE DO SERVIDOR MAURICIO JOFRE DA SILVA, MATRÍCULA: 6889. PORTARIA 21.863/2020 - INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DE JÚLIO CÉSAR RIBEIRO FAGUNDES, MATRÍCULA:4698.

PREFEITURA DE LORENA
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PP Nº 57/2020 – PROC. Nº 383/2020

O Município de Lorena-SP torna público que, considerando os trabalhos realizados para o atendimento ao Pregão acima referido, cujo objeto é a Aquisição de fraldas geriátricas, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde pelo período de 12 (doze) meses, definidas no Termo Referência o Sr. Prefeito Municipal HOMOLOGA a ADJUDICAÇÃO dos procedimentos adotados e do objeto as empresas:

EMPRESA: FORCE MEDICAL DISTRIBUIDORA EIRELI
CNPJ Nº: 24.067.457/0001-81
Vencedor dos itens:01,02,07,08
Valor Total: R$ 50.700,00(cinqüenta mil e setecentos reais)

EMPRESA:PAMP & VAMD COM.VAREJISTA LTDA – EPP
CNPJ Nº:16.622.225/0001-10
Vencedor dos itens:03,04,05,06
Valor total: R$158.600,00 (cento e cinqüenta e oito mil e seiscentos reais)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONVENÇÃO MUNICIPAL

O Presidente do Partido Progressista do município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, na forma da Legislação Eleitoral vigente e de conformidade com o Estatuto do Partido Progressista - PP, em seus arts. 9º I e 10, 32, IV, 34, **C O N V O C A,** todos os convencionais devidamente habilitados ao exercício do voto e com domicílio eleitoral no Município, para comparecerem a **CONVENÇÃO MUNICIPAL** do **PARTIDO PROGRESSISTA** da cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo, a ser realizada no dia 15 de setembro de 2020, com início às 16:00 horas às 18:00 horas, na Rua Major Batista nº 15 centro de Cachoeira Paulista –SP, para deliberação da seguinte **ORDEM DO DIA:**

1- **Deliberação sobre participação no pleito majoritário de 15.11.2020, com indicação de candidato para o cargo de Prefeito e/ou Vice-prefeito;**
2- **Deliberação sobre formação de coligação e com quais partidos a coligação será formada, para composição de chapa majoritária para a Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista;**
3- **Designação do nome da coligação;**
4- **Escolha dos candidatos do Partido Progressista - PP da cidade Cachoeira Paulista ao cargo de vereador na eleição proporcional de 15.11.2020;**
5- **Sorteio dos respectivos números para os candidatos a Vereador do Partido Progressista – PP;**
6- **Outros assuntos de interesse partidário e eleitoral.**

Cachoeira Paulista, 08 de setembro de 2020

FERNANDO VIANNA HUMMEL
Presidente – PP

Madeireira do Trêvo
Faça da nossa Loja a sua casa
Al. Ermênio Gomes, 25 Pq. Rodovias - Lorena - www.madeireiradotrevo.com.br

Casa do escapamento
Qualidade com preço justo
Alinhamento Balanceamento Suspensão - freios
Injeção Eletrônica Envelopamento Som automotivo
F: (12) 3527-0298 3642-4471
A 1ª OFICINA ESPECIALIZADA EM ESCAPAMENTO!
Recuperamos escapamento a partir de R$ 30,00
GANHE $$$ Ponteira cromada na compra do escapamento
Oferecemos o melhor preço da região
parcelamos no cartão
Garantia 18 meses
Centro - Pinda (embaixo do viaduto)

Casa Cobianchi
3153 1668
NOVO ENDEREÇO RUA BARÃO DA BOCAINA, 31 - CENTRO - LORENA

Guaratinguetá Saneamento alerta sobre os riscos de descarte de óleo na rede de esgoto

Obstrução e extravasamento de rejeitos estão entre os prejuízos

■ Da Redação
Guaratinguetá

O óleo de cozinha que ainda é muito utilizado no preparo diário dos alimentos pode se tornar um grande vilão para o bom funcionamento da rede coletora de esgoto. Após o uso, algumas pessoas fazem o descarte irregular na pia ou até mesmo no vaso sanitário, o que pode gerar obstrução da rede coletora e extravasamento de esgoto. Esse despejo também pode afetar o meio ambiente, de acordo com dados da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1 litro de óleo pode poluir até 25 mil litros de água.

A Guaratinguetá Saneamento, empresa responsável pelo esgotamento sanitário da cidade, registrou no último mês cerca de 347 ordens de serviços relacionadas a desobstrução de rede e 250 de ramal de esgoto. Esses transtornos podem ser causados pela existência de óleo, lixo ou ligações clandestinas de água da chuva nas tubulações por onde deveria passar apenas esgoto.

Segundo a gerente operacional da Guaratinguetá Saneamento, Indiara Jogas, o óleo na tubulação é um inimigo silencioso e com o tempo, esse resíduo fica petrificado, acarretando problemas na rede de esgoto. É importante que os imóveis possuam uma caixa de gordura, pois esse equipamento atua como um filtro que retém os resíduos gordurosos, impedindo que cheguem até a rede coletora. "As caixas de gordura devem ser instaladas adequadamente respeitando as normas técnicas que garantem a eficiência na separação de gordura. Além disso, é necessária a realização de manutenção e limpeza periódica do equipamento", explica a gerente.

A periodicidade na limpeza da caixa de gordura deve ser de acordo com tamanho e o uso do imóvel. O material retirado não deve ser despejado na rede de esgoto e sim destinado ao sistema de coleta pública específico.

A Guaratinguetá Saneamento tem intensificado a fiscalização preventiva, principalmente em locais aonde há estabelecimentos que fazem grande consumo de óleo, como bares e restaurantes. "A responsabilidade de descartar o resíduo de forma correta é do munícipe, mas estamos intensificando as fiscalizações e agindo de forma preventiva para minimizar os impactos. Infelizmente a falta de consciência de uns acaba prejudicando o sistema como um todo, causando as obstruções, retorno e transbordamento de esgoto", conta Jogas.

Uma dica para um destino adequado do óleo de cozinha usado é armazená-lo em garrafas plásticas e destiná-los a pontos de coleta que fazem o recolhimento. "O óleo reciclado pode se transformar em diversos produtos, como por exemplo em sabão. Doar esse resíduo é uma forma de ajudar as cooperativas ou ONGs que trabalham com essa substância, além de evitar danos ao meio ambiente", conclui a gerente.

Santa Casa de Aparecida retoma cirurgia eletivas após paralisação de cinco meses devido à pandemia

Operações estavam suspensas desde março, quando o Governo recomendou a suspensão de procedimentos cirúrgicos sem urgência

■ Marcelo Augusto dos Santos
Aparecida

Fotos: Marcelo A. dos Santos

A Santa Casa que retomou cirurgias eletivas e busca diminuir a fila de espera com 500 pacientes

As cirurgias eletivas na Santa Casa de Aparecida voltaram a ser realizadas após cinco meses paralisado. Neste período, os espaços utilizados para o atendimento foram transformados em leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para casos do contaminação pelo novo coronavírus no município.

Em março, o Governo do Estado de São Paulo recomendou a suspensão de cirurgias sem urgência.

A informação foi confirmada pelo administrador da unidade, Frei Bartolomeu Schultz, que revelou que às áreas retomadas foram de ginecologia, otorrino e clínico geral. "A princípio, nós estamos com essas três. Ortopedia não deixamos de fazer em nenhum momento, porque quando chega alguma situação mais grave no Pronto Socorro, a gente atende normalmente", informou.

Antes da paralisação, a Santa Casa fazia uma média de cinquenta cirurgias por semana, mas com a retomada, em meio à pandemia, a expectativa é para 12 operações. A unidade apresenta uma fila de espera de quinhentos pacientes, todos do SUS (Sistema Único de Saúde).

Em outubro novos setores serão liberados como as vasculares, oculares e urologia, mas em caso de um aumento de novos casos de Covid-19, o atendimento deve ser cancelado mais uma vez, para obter leitos para o tratamento dos infectados.

"Se a questão da Covid continuar a se agravar e começar a ter novas complicação, a gente infelizmente precisa cancelar as cirurgias. Não é nossa intenção, mas vai depender do comportamento do vírus", explicou Schultz, que espera pela redução na fila de espera por cirurgias, com até duzentos procedimentos.

COSTA ASSESSORIA CONTÁBIL
Abertura de firmas
Escritas fiscais e contábeis
Guaratinguetá
Domingos Rodrigues Alves - 425
Fone: 12 3122 5576
Pindamonhangaba
Marechal Deodoro da Fonseca - 173
Fone: 12 3522 9571
contato@contabilcosta.com.br
www.contabilcosta.com.br

AV. Godoy Neto - 350
Olaria - Lorena
12 3152 8083
WR
www.wr.odo.br

VERAS
CONSULTORIA IMOBILIÁRIA
PEDRO VERAS
CRECI 39.725
RUA DR. CASTRO SANTOS, 93 - CENTRO
GUARATINGUETÁ/SP
FONE: (12) 3122-4836
TERRENO
PORTAL DAS COLINAS
R$ 381 MIL
ÓTIMA LOCALIZAÇÃO
AV. PROF. JOSÉ PEREIRA ÉBOLI
GARANTO O MENOR PREÇO
DO BAIRRO R$ 800,00m²
ÁREA 12X40 = 477m²
SITE: verasimoveis.com.br
CHÁCARA
PEDRINHAS
R$ 680 MIL
LINDA CHÁCARA COM O RIO NOS FUNDOS E O
ASFALTO NA FRENTE - ÁREA 4.500m²
AMPLA CASA VARANDADA - 03 DORMS.
02 BANHO - LAREIRA - CHURRASQUEIRA
ACEITA IMÓVEL NO NEGÓCIO
ALUGUEL (12)98163-5953
APARTAMENTO
RIVERSIDE
R$ 650 MIL
RIVERSIDE
APARTAMENTO NOVO ÁREA 103m² - ALTO PADRÃO
FRENTE PARA AVENIDA, TODO EM PISO PORCELANATO
ÁREA DE LAZER COMPLETISSÍMA, 03 DORMS. (1 SUITE) ETC...
VARANDA GOURMET ENVIDRAÇADA - 02 GARAGENS
VENDAS (12) 99153-8777

Balanço do Tribunal de Contas destaca Pinda em média de gastos com câmaras

Lucas Barbosa
RMVale

Um levantamento divulgado pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado) na última segunda-feira (31) revelou os valores gastos pelos municípios paulistas para manterem o funcionamento das câmaras entre maio de 2019 e abril de 2020. Os dados revelam que Arapeí e São Sebastião são as cidades da região que possuem as maiores taxas de despesas, de forma per capita (por habitante), com o Legislativo.

Disponível no site do TCE, a ferramenta "Mapa das Câmaras" apresenta os números de habitantes, vereadores e do montante de gastos com a manutenção do Legislativo de 644 municípios do estado de São Paulo. Através de balanços, que levam também em conta os custos com o pagamento dos salários dos servidores e dos subsídios dos parlamentares, o TCE estabelece a média de despesas das cidades, de forma per capita.

Líder do ranking regional de gastos, Arapeí, que possui apenas 2.469 moradores, aplicou R$ 715.531 de seu orçamento para o custeio da Câmara no período avaliado pelo levantamento. Levando em consideração que a cidade conta com nove vereadores, a média de gasto municipal com o Legislativo foi de R$ 289,81 por habitante.

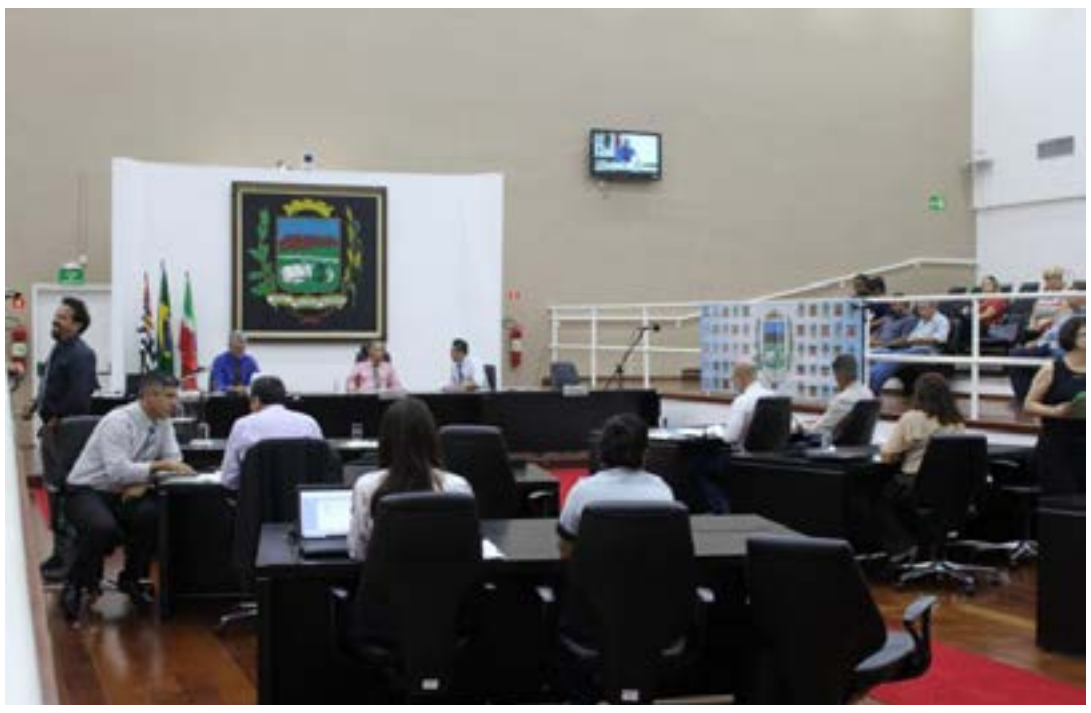
Com uma população 36 vezes superior à de Arapeí, São Sebastião é a cidade com a segunda maior taxa de gastos na RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte), atingindo o valor de R$201,94. Contando com 12 parlamentares, o município litorâneo desembolsou R$17,968 milhões na manutenção do funcionamento da Casa.

Fechando o "pódio" da RMVale, aparece Jambeiro com uma média de despesa per capita de R$ 173,82. Com apenas 6.602 habitantes, sendo entre eles nove parlamentares, a cidade desembolsou R$1,147 milhão.

Mesmo sendo o município que destinou o maior repasse orçamentário à Câmara, chegando a R$ 51,820 milhões, São José dos Campos atingiu uma taxa de despesa per capita de apenas R$ 71,78, uma das cinco menores da região. Maior cidade da RMVale, São José conta com 21 vereadores e uma população de 721.944 habitantes.

Em contrapartida, Pindamonhangaba, que possui 11 parlamentares, é o município com a menor média de custos, atingindo R$ 50,23. Abrigando 168.328 moradores, Pindamonhangaba aplicou R$8,454 milhões na manutenção das atividades da Casa.

O levantamento do TCE revela as médias de gastos no Legislativo dos demais municípios da região: Aparecida (R$102,65), Bananal (R$110,18), Cachoeira Paulista (R$ 94,41), Campos do Jordão (R$ 86,08), Canas (R$150,75), Caraguatatuba (R$ 151,06), Cruzeiro (R$78,31), Cunha (R$ 94,26), Guaratinguetá (R$ 117,49), Igaratá (R$137,66), Ilhabela (R$ 171,39), Jacareí (R$89,23), Lagoinha (R$ 127,55), Lavrinhas (R$ 109,49), Lorena (R$95,52), Monteiro Lobato (R$ 166,78), Natividade da Serra (R$ 137,92), Paraibuna (R$106,59), Piquete (R$88,88), Potim (R$ 58,66), Queluz (R$77,83), Redenção da Serra (R$ 163,17), Roseira (R$ 97,71), Santa Isabel (R$109,04), Santo Antônio do Pinhal (R$ 135,27), São Bento do Sapucaí (R$95,85), São José do Barreiro (R$155,62), São Luís do Paraitinga (R$126,77), Silveiras (R$137,96), Taubaté (R$85,34), Tremembé (R$90,04) e Ubatuba (R$138,88).



Câmara de Pindamonhangaba, que entrou no balanço do Tribunal de gastos entre maio e abril de 2020

Roseira debate aplicação de R$ 500 mil contra a Covid-19

Câmara aprova por unanimidade verba federal de quase R$ 1 milhão para o combate ao novo coronavírus

Marcelo Augusto dos Santos
Roseira

A Câmara de Roseira aprovou por unanimidade um projeto de lei que viabiliza uma verba de quase R$500 mil vindo do Governo Federal, para o combate ao novo coronavírus. O crédito adicional será destinado para compras de materiais e insumos, além do atendimento da população nas unidades de saúde.

De acordo com último boletim epidemiológico, o município registrou até o momento 161 casos e três mortes por Covid-19. As pessoas que apresentam sintomas e requerem um atendimento mais especializado são encaminhadas para a Santa Casa de Aparecida.

Questionado se uma parte da verba pode ser destinada ao hospital referência no atendimento, a vice-presidente da Câmara, Maria Cecília dos Santos Duque (PSDB), informou que irá ver junto ao Executivo a possibilidade do encaminhamento. "Seguindo o projeto, a verba é para os materiais de consumos para a nossa cidade (equipamentos de segurança médica). Então a gente vê que a prevenção mesmo é aquisição desses tipos de materiais. Em relação a enviar algo para a nossa Santa Casa de Misericórdia de Aparecida, que é referência para a nossa cidade, isso será verificado junto ao Poder Executivo, qual é a possibilidade que existe".

Com os R$ 500 mil liberados, a cidade já conseguiu quase R$ 1 milhão em verbas federais para ações de combate à doença.

A reportagem do **Jornal Atos** procurou a Prefeitura para obter mais informações de como será aplicada a verba e quais medidas estão sendo adotadas no combate e prevenção ao novo coronavírus, mas até fechamento dessa matéria nenhum resposta foi encaminhada.